

# VI

## A CRIAÇÃO DE UM MÉTODO DE FORMAÇÃO DE MILITANTES NO MST

*Rose Elke Debiasi*

### Apresentação

O presente capítulo aborda as transformações operadas na formação de militantes e a criação de um método de trabalho nas comunidades rurais, especialmente do(s) Nordeste(s), resultantes do trabalho político desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos anos de 1980 e 1990. Buscamos destacar o protagonismo dos militantes migrantes<sup>1</sup> a partir de um conjunto de características, desenvolvidas ou incorporadas, consideradas “facilitadoras” ou “modeladoras” do trabalho militante no Nordeste, em grande medida, responsáveis por assegurar a estruturação e a unidade do MST nacionalmente<sup>2</sup>. A ideia é pensar as condições que oportunizaram a formação de lideranças com características peculiares e os (re)arranjos realizados nas comunidades sertanejas. Apresentamos, assim, a transformação operada em um formato de militância gestado no Sul do país na década de 1980, destacando os aportes teóricos, sobretudo os de orientação marxista, a influência religiosa, as tensões e as expectativas de jovens que buscaram no MST um projeto de vida, trabalho e militância.

As fontes utilizadas para este capítulo são: entrevistas temáticas, realizadas com os atores desse processo; os documentos internos e publicações do MST (Programas de Reforma Agrária, Plano Nacional do MST (1989), os Cadernos de Formação e Cartilhas); o Jornal *Sem Terra* e as Publicações da Igreja Católica e seus organismos auxiliares. Ancorada na metodologia da História Oral<sup>3</sup> realizamos sete entrevistas com militantes do

---

<sup>1</sup> Chamamos de militantes migrantes as lideranças vinculadas ao MST que se deslocaram nos anos de 1980 e 1990 com a tarefa orgânica de estruturar o MST nacionalmente.

<sup>2</sup> Este capítulo resulta parcialmente do V Capítulo da minha tese de doutorado: DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). 313f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MST<sup>4</sup> que, durante as décadas de 1980 e 1990, migraram da região Sul para os vários estados nordestinos com o objetivo de estruturar o MST nacionalmente. Trata-se de jovens, filhos de pequenos agricultores, com formação nos organismos da Igreja Católica e com uma rígida educação familiar.

De acordo com Alberti<sup>5</sup>, a História Oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. As “fontes orais”, resultantes da aplicação da História Oral, possuem uma natureza diferenciada em sua constituição e em sua utilidade. Privilegiam, assim, sujeitos e grupos historicamente marginalizados pela história escrita. A possibilidade de obter os depoimentos orais oferece-nos um relato mais vivo e menos fragmentário desses grupos, movimentos e conjunturas, descortinando tensões, posicionamentos e reflexões não presentes na história e na historiografia do MST

O artigo é organizado em quatro momentos. Primeiramente, apresentamos um panorama sobre a formação do MST, debruçando-se sobre a sua composição, alianças e objetivos, sobretudo aqueles voltados para a expansão do Movimento<sup>6</sup>. No segundo e terceiro momentos, o artigo se ocupa do protagonismo das lideranças forjadas (e desafiadas) no contexto pós-ditadura militar que migraram para as comunidades nordestinas com o propósito de estruturar o MST, destacando o desenvolvimento de características que facilitaram a aproximação, o convencimento e a criação de vínculos pessoais e políticos com os sertanejos. Na última seção, discutimos as influências e as contribuições políticas e religiosas para a criação e gestão de um método de formação de militantes no MST.

---

<sup>3</sup> ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. In: JOUTARD, Philippe. **Desafios à História do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31- 47.

<sup>4</sup> Adotam-se os nomes verdadeiros dos entrevistados por compreender que estamos lidando com pessoas públicas, sendo comum encontrar seus nomes em publicações internas, no *Jornal Sem Terra* e na imprensa falada e escrita dos seus respectivos estados. Essa escolha contou com o conhecimento e consentimento dos entrevistados.

<sup>5</sup> ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Op. cit.

<sup>6</sup> Quando aparecer no texto a expressão Movimento, com a inicial maiúscula, estamos nos referindo ao MST; nos casos em que estiver com inicial minúscula, trata-se de outros movimentos sociais.

## Apontamentos iniciais sobre a formação do MST e sua militância

Os trabalhos de Fernandes (2000), Fernandes e Stedile (2012) e Me-deiros (2003)<sup>7</sup> apontam como marco histórico do surgimento do MST o encontro ocorrido na cidade de Cascavel, Paraná (PR), em 1984. Participaram desse primeiro encontro mais de cem trabalhadores rurais vindos de treze estados, principalmente do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A mobilização foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e contou com o apoio de bispos e padres católicos ligados ao setor considerado progressista da Igreja Católica, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), de intelectuais e partidos políticos.

No I Programa de Reforma Agrária do MST (1984) fica definido quem são considerados os “sem-terra”. O documento define-os como trabalhadores rurais que trabalham a terra nas seguintes condições: “[...] parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacreiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares” (MST, documento interno, 1984). Como podemos perceber, o I Programa de Reforma Agrária do MST (1984) estava voltado exclusivamente para a questão da terra, defendendo a legitimidade do próprio Movimento: seus objetivos, princípios e alianças, além de propor medidas e ações que modificassem e regulassem o conjunto das políticas agrícolas e a transformação da estrutura fundiária brasileira por meio do combate ao latifúndio e ao capitalismo. Os adversários tradicionais do MST são os donos de latifúndios ou de propriedades cuja origem é irregular. Recentemente, diante dos próprios desafios políticos enfrentados no cotidiano de sua luta, o MST incluiu nessa categoria o chamado “agronegócio”, que, segundo sua avaliação, além de ser portador de um modelo agrícola historicamente excludente, disputa com a reforma agrária as terras improdutivas<sup>8</sup>.

Como ainda não estava capilarizado nos anos de 1980, o MST dependia da ajuda e da solidariedade de sindicatos e da Igreja, através de seus

---

<sup>7</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Brasil Urgente).

<sup>8</sup> SILVA, Priscilla Gomes da. **A incorporação da agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática**. UFF, 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

membros e de suas estruturas física e financeira, para realizar os deslocamentos de militantes e a consequente expansão. Quanto aos objetivos de expansão do Movimento, encontramos, no item 6 dos “Princípios práticos”, uma parte das justificativas e motivações para o deslocamento de militantes – “[...] ampliar o movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado”<sup>9</sup> (STEDILE, 2005, p. 178). No *Jornal Sem Terra*, durante todo o segundo semestre do ano de 1985, observamos essa linha argumentativa, seja convocando tais entidades para atividades conjuntas, seja fornecendo-lhes espaço para expressar suas pautas e opiniões acerca da conjuntura e/ou de um tema específico no jornal, ou, por fim, denunciando perseguições aos militantes sindicais e religiosos.

No I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985), o MST se apresentou como alternativa política e organizativa para os sem-terra e para os camponeses com pouca terra. Aproveitando o momento da retomada das lutas sociais, pós-ditadura militar, definiu, entre seus objetivos, a nacionalização como prioridade.

Existia uma avaliação interna, durante a década de 1980, em torno da tese de que para se estruturar nacionalmente o MST precisaria viabilizar o deslocamento de “gente”, do contrário, não teria um caráter nacional. O I Congresso do MST (1985), conforme observamos nas falas dos militantes migrantes, serviu para subsidiar as discussões para a estruturação do MST através da “política de deslocamento” para os estados nordestinos<sup>10</sup>. Os relatos dos participantes e/ou convidados das pastorais, sindicatos ou membros das comunidades contribuíram para “aclarar” o quadro da política agrícola, o perfil do campesinato e o modo de atuação das elites agrárias e industriais dos estados nordestinos. A partir desse diagnóstico, o MST avalia a correlação de forças e o potencial da região e orienta seus militantes a organizarem ocupações de terra e a ingressarem, junto com os trabalhadores rurais dos municípios, nos sindicatos rurais, disputando a pauta e os recursos financeiros das entidades.

Por meio da política de deslocamento, aproximadamente vinte e cinco jovens migraram das regiões Sul e Sudeste para outras regiões do país, em especial para o Nordeste brasileiro, com o propósito de estruturar o MST a partir da experiência organizativa e produtiva desenvolvida no Sul

---

<sup>9</sup> Programa de Reforma Agrária do MST – 1984.

<sup>10</sup> DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**: a estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). 313f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

do país<sup>11</sup>. Esse primeiro grupo de militantes composto majoritariamente por jovens, cuja experiência militante iniciou-se junto à Igreja Católica e suas Pastorais e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, é possível definir como o núcleo base da organização - responsável pela expansão do MST dentro de um modelo de militância.

Praticamente todos os estados nordestinos contavam com a chegada de militantes oriundos de outras regiões, em especial de Santa Catarina, designados para alavancar os processos de ocupação e tensionamento com as administrações estaduais e municipais. A decisão de enviar lideranças foi resultado das discussões travadas no âmbito do I Congresso Nacional do MST, no ano de 1985. O Congresso definiu a região nordestina como prioritária para o crescimento e a nacionalização do Movimento devido ao expressivo número de camponeses na região. Coube à Direção Nacional do MST a articulação entre os estados do Sul e do Nordeste, a definição dos perfis e o deslocamento dos militantes para as regiões identificadas com potenciais organizativos, porém consideradas fracas em organicidade.

Nesse processo, instituíram métodos de trabalho, inspirados na educação popular de Paulo Freire, voltados para o recrutamento de sem-terra; métodos para a formação e capacitação no interior dos acampamentos e assentamentos, como o Laboratório de Campo e de Centro; método de resistência, com o propósito de garantir as questões de segurança, transporte e alimentação, antecipando-se e resistindo às investidas de grupos paramilitares, fazendeiros, polícia e imprensa. Além disso, criaram dinâmicas internas para garantir a organicidade do grupo ainda nos primeiros anos de atuação no Nordeste: discutiam no coletivo, principalmente no período de existência da Secretaria Regional em Maceió; em seguida, colocavam em prática e, novamente, traziam as observações, reflexões e saldos para uma nova análise do grupo.

## **Características facilitadoras adotadas pelos militantes migrantes**

Antes da realização da entrevista com Maria Izabel Grein, ex-missionária do Norte de Santa Catarina, já suspeitávamos que as características

---

<sup>11</sup> DEBIASI, Rose Elke. O protagonismo dos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1993). In: BROCARD, Daniele; DEBIASI, Rose Elke; ORBEN, Tiago Arcanjo (org.). **Terra e memórias: vivências, conflitos e conquistas no(s) rural(is) do Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 73-94.

peçoais dos militantes enviados para o Nordeste, e que lá permaneceram, foram decisivas para a estruturação do MST, de forma coesa e unitária, no território nacional. No início da entrevista, Izabel nos diz: “*Eu sou muito queijo duro*”, justificando a sua não ida para o Nordeste durante os anos 1980. Ela vivenciou essa fase do Movimento e contribuiu na seleção e no assessoramento dos militantes deslocados. O uso da expressão “queijo duro” tem o objetivo de demonstrar que ela é “muito sulista”, ou “muito bairrista”, portanto não comportando o perfil necessário para a tarefa no Nordeste.

Inicialmente, a proposta da Direção Nacional era que o tempo de deslocamento do militante fosse de no máximo dois anos. Após esse período o militante poderia retornar. Segundo Debiasi<sup>12</sup>, muitos foram e não retornaram. Os motivos são diversos: decidiram dar continuidade ao trabalho, assumiram cargos representativos estadual e nacionalmente, foram deslocados para outra localidade da região nordestina e/ou constituíram famílias. Cabe mencionar que o fato de serem jovens, sem filhos e sem o compromisso de gerir a propriedade facilitou o deslocamento para outras regiões. A juventude, entendida como um período de transição, representara o momento ideal para migrar. O próprio intervalo de tempo definido pelo MST para o deslocamento dos militantes (dois anos) demonstrava o entendimento de que se tratava de um período de transição, de formação e de direcionamento<sup>13</sup>.

A Direção Nacional privilegiava o envio de militantes mais flexíveis no trato, que apresentassem maiores possibilidades de inserção. Segundo Izabel, para ela seria muito difícil se desprender de determinadas práticas consideradas sulistas para incorporar aspectos da cultura e culinária nordestina. Ou seja, para evitar as acusações de interferência sulista e desrespeito à cultura regional<sup>14</sup>, o MST buscava atuar de forma mais assertiva, evitando o envio de lideranças “bairristas” e com temperamento mais explosivo ou polêmico.

Apresentaremos duas situações para demonstrar como as características pessoais desempenhavam papel importante na inserção, no conven-

---

<sup>12</sup> DEBIASI, Rose Elke. **Migração, memória e militância**. Op. cit.

<sup>13</sup> DEBIASI, Rose Elke. Juventude, militância e migração no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). In: **Revista da ABET**. v. 16, n. 2. Dossiê: Trabalho, Famílias e Migrações. Jul./Dez. 2017, p. 40-55.

<sup>14</sup> Crítica recorrente de alguns membros da Igreja Católica entre outros motivos pela divergência de métodos.

cimento e na aceitação dos militantes migrantes como lideranças. Uma delas foi vivenciada por Dilei, ex-religiosa do Norte catarinense, no município de Teotônio Vilela (AL).

O segredo de adquirir a confiança. Quando eu não estava em reunião, eu ia aprender a fazer farinha com eles. Essa relação de convivência que dava para eles a segurança que dá para ir [para as ocupações]. Eu acho que esse método ele é importante, a convivência com eles. Cria uma relação de confiança e eles vão. Imagina: “O povo que vem do Sul e quer levar a gente para terra”. Pensando hoje, esse povo é louco!<sup>15</sup>

Antes de se fixar na Paraíba, no ano de 1997, Dilei atuou dentro de um formato de circularidade no Nordeste. No processo de recrutamento e ocupação de terras, parece-nos que constrói um estilo de trabalho de base, com o intuito de adquirir a confiança e evitar eventuais indisposições no relacionamento com os sertanejos. Outra situação é a de Fátima, natural do Espírito Santo e com formação sindical. A definição do ponto do pau de arara como local de encontro, de trocas e de convencimento dos trabalhadores, permitiu a construção dos instrumentos analíticos para estreitar o diálogo e criar vínculos de confiança, ao ponto de os camponeses irem para uma ocupação. A postura de Fátima, sua iniciativa e autonomia, foram decisivas para a estruturação do MST/CE. Ela criou um estilo próprio, particular, que se distanciava das formas habituais de fazer política na região.

E a forma que a gente foi, de forma humilde, não teve atravessamento nenhum. Você está no ponto de ônibus, conhecendo a realidade, trocando informação, sabendo quem é quem. Onde estava? Onde você mora? O que vocês fazem? Como que é? A partir daí houve uma inserção na cultura deles. E a partir daí desencadeia a multiplicação de militância, que foi a sequência<sup>16</sup>.

Muitos militantes acreditam que tiveram êxito no processo de convencimento nos locais de destino devido às suas características pessoais, tais como respeitar a diferença, saber ouvir os anseios dos camponeses e se inserir na realidade nordestina sem imposições. Fátima sugere que sua forma de se inserir, “*sem atravessamento*”, facilitou o trabalho de base. Se-

---

<sup>15</sup> SCHIOCHET, Dilei. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Lagoa Seca (PB), 29 jun. 2015. 2h17min.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Fátima. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Vitória (ES), 05 out. 2011. 1h36min.

gundo ela, o fato de ser “capixaba” pode ter ajudado, diferenciando-se dos sulistas, sobretudo dos gaúchos<sup>17</sup>.

Em outros casos, os entrevistados narram verdadeiras facetas, por exemplo, quando conseguiam despistar a polícia ou os agentes privados, redirecionando o local de uma ocupação, ou quando embarcavam individualmente em ônibus, de forma silenciosa e articulada, para se dirigirem a determinada manifestação para não chamar a atenção dos policiais, evitando, portanto, que fossem impedimentos de transitar ou que fossem cercados. Ou quando despistavam agentes contratados para vigiá-los e segui-los pela região, conforme narra Bellé, filho de pequenos camponeses e ex-religioso do Oeste catarinense, em tom de brincadeira: *“Pegava o ônibus para ir ao centro para alguma atividade, eles entravam também, aí tu ameaça descer, eles desciam, e tu ficava. As brincadeiras nossas com eles, para tirar umas cascas”*<sup>18</sup>.

No depoimento de Dilei, as observações mencionadas acima são traduzidas como certa “expertise” do MST no trato com os camponeses.

A gente tinha uma lábia danada [risos]. As condições deles e a lábia da gente. O Movimento nesse sentido preparou bem o seu time. A gente tinha muita formação, no sentido de ouvir e tinha um elemento muito forte que era a convivência<sup>19</sup>.

Através do uso de uma linguagem mais simples, com termos próprios dos camponeses da região, ela conseguiu adquirir confiança e avançar no processo de aproximação. Segundo Dilei, sem esse traquejo ou habilidade o MST não teria prosperado. A entrevistada não estabelece distinção entre ela e o Movimento. No entanto, observamos que as abordagens e as formas de se relacionar modificavam-se de militante para militante. Ou seja, que muito do êxito no recrutamento dependia do perfil do militante. Diferentemente de outras lideranças, Dilei defende que suas habilidades na abordagem com os camponeses resultam do trabalho formativo do MST.

O vínculo, a origem, a experiência e a trajetória junto à Igreja Católica foram decisivos na escolha dos militantes que migraram para os estados nordestinos. Através do depoimento de Jaime, natural de Santa Catarina e atualmente assentado em Caruaru (PE), percebemos a importância da

---

<sup>17</sup> De acordo com vários militantes migrantes, existiram problemas de condução e choque entre os sertanejos e os gaúchos.

<sup>18</sup> BELLE, Carlos. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 22 set. 2013. 2h15min.

<sup>19</sup> SCHIOCHET, **Entrevista Oral** Citada.



experiência acumulada nos instrumentos da Igreja. Por outro lado, também é possível antecipar que a radicalidade presente nas futuras ações do MST, como nas ocupações de terra, logo entraria em “choque” com a prática evangelizadora da Igreja.

Lá no Oeste em função da importância de Dom José Gomes, que era um bispo que efetivamente trabalhava junto dos camponeses, que teve a sua história muito próxima dos camponeses e das organizações e nos ajudou nesse período a organizar a luta pela terra em Santa Catarina. Então, essa militância que estava na Pastoral da Terra, ou que estava nas CEBs, que estava, e alguns inclusive que, estavam nos seminários, como seminaristas, acabaram vindo para a luta. As primeiras ocupações eram o momento de colocar a sua rebeldia em ação. E muitos deles foram convidados para vir ajudar a construir o Movimento no Nordeste<sup>20</sup>.

No caso de Bellé, recém-casado com Zenaide, a decisão foi “costurada” entre o MST e a figura de Dom José Gomes<sup>21</sup>. “Zenaide, natural do Oeste catarinense, lembra, visivelmente emocionada, das palavras proferidas pelo religioso:”

O João Pedro [Stedile] depois que soube que a gente casou foi conversar com o Dom José Gomes para liberar o Bellé. Ele coordenador da CPT, inclusive, em 1989 eles iam fazer eleição do novo coordenador e eles estavam cogitando o nome do Bellé. Aí o João Pedro foi conversar com a gente para ver se a gente topava fazer essa viagem para o Nordeste. A gente era super novo na época, longe da família. Eu falei assim para o Bellé: “Vamos fazer essa aventura!?” Aí depois demos a resposta para João Pedro. Aí ele foi conversar com o Dom José, se a Igreja liberava o Bellé para ele não sair queimado. Aí Dom José falou umas coisas tão lindas. Que a Igreja disponibiliza os militantes da Igreja para fazer missão no Nordeste<sup>22</sup>.

Na citação acima percebemos que existia uma preocupação em preservar o militante, demonstrando que a sua saída resultava de um acordo, de pautas comuns entre a Igreja e o MST. Uma saída amistosa, em gran-

---

<sup>20</sup> AMORIM, Jaime. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Caruaru (PE), 02 ago. 2013. 2h23min.

<sup>21</sup> Foi bispo da Diocese de Chapecó (SC) por trinta anos (1968-1998). Com uma atuação ligada às questões sociais, presidiu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

<sup>22</sup> BUSANELLO, Zenaide. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. São Paulo (SP), 23 set. 2013. 1h.

de parte, facilitaria o apoio e a solidariedade em outras regiões. E ainda, além das inseguranças da viagem, para um local distante da família, os militantes eram movidos pela curiosidade, pela expectativa em expandir os horizontes e se apropriar da sua própria vida.

No entanto, são identificados vários equívocos ou excessos no processo de estruturação do MST no Nordeste. Jaime, assim como outros militantes, reconhece que houve eventuais erros, inabilidades e excessos no trato com os camponeses e na condução do Movimento nos estados nordestinos. Existia uma preocupação que o MST se dividisse, com o afrouxamento da direção, e se transformasse numa ONG, de acordo com o entrevistado. Izabel atribui os equívocos à pouca experiência dos militantes, que ávidos por apresentar resultados, ignoraram aspectos da dinâmica local. Segundo Izabel, os erros são característicos de um movimento social composto de pobres. *“Houve erros sim. Mas o Movimento é movimento de pobre, de gente, e gente erra, ainda mais quando você sai do seu local”*<sup>23</sup>. Cabe lembrar que estamos discutindo o papel das lideranças e não o universo dos sem-terra, portanto, de quadros que possuíam uma formação superior ao conjunto dos camponeses. Ao passo que também estavam constituindo-se enquanto lideranças no fazer-se do próprio Movimento, ou seja, formando-se enquanto quadros dirigentes justamente no processo de estruturação do MST.

A partir das queixas, o MST selecionou militantes migrantes com mais atenção, observando as compatibilidades entre o perfil do militante com a região destinada. Paralelamente a isso, a Direção Nacional forneceu maior liberdade de decisão aos militantes, demonstrando que estava aberta à experimentação e igualmente disposta a incorporar as diversidades regionais no seu discurso e na sua prática. O depoimento de Fátima demonstra a necessidade do MST de rever os métodos e a linguagem adotados durante os cursos de formação, devido ao papel da religiosidade na formação do campesinato cearense.

Depois vai tendo dificuldades da própria questão organizativa, do processo de crescimento, da expansão, no processo de formação da consciência, que às vezes, houve embates. Alguns cursos de filosofia então tiveram os choques; alguns militantes se afastaram, teve dificuldades nesse sentido. Aí foi revista a questão metodológica de trabalhar esses temas; como o sertanejo é bastante religioso, às vezes,

---

<sup>23</sup> GREIN, Maria Izabel. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Curitiba (PR), mar. 2016. 1h57min.

chocavam no processo de formação. Mas, depois se superou, porque se avaliou a necessidade de melhorar a metodologia e a linguagem. Mesmo com essas dificuldades e entraves, também permitiu a reconfiguração de outra forma. (Entrevista concedida por Fátima Ribeiro, 2011)

Conforme afirma Bourdieu<sup>24</sup>, o *porta voz* somente tem legitimidade se o discurso é reconhecido pelo grupo. Por isso a necessidade de se integrar ao universo dos sertanejos, se apropriando de suas práticas, pois elas confeririam a legitimidade ou a “autoridade” necessária para as lideranças. A noção de *habitus* é operativa neste trabalho para pensar que o indivíduo se forma em um determinado contexto, onde recebe um conjunto de esquemas, responsável por delimitar suas ações e escolhas, através do grupo social que integra; todavia, este indivíduo também age sobre este meio, que é uma entidade inacabada. Este conjunto de esquemas, que define o *habitus*, segundo Bourdieu, é transmitido ao indivíduo desde a primeira educação, ainda no núcleo familiar, sendo constantemente repostado e reatualizado ao longo da sua trajetória social.

Para Dilei, a junção da sua trajetória junto à CPT e as suas características pessoais resultaram em uma tentativa do MST de diminuir as hostilidades na Paraíba.

Por essa característica de eu ter vindo da Igreja, que eu vim parar na Paraíba. Para tentar conciliar as coisas, porque o nosso inimigo não eram eles. Essa coisa ela foi, aí precisava de gente com muita humildade, com muita cabeça. Eu sentava na cadeira e deixava eles falarem. Eu não rebatia. Se você vai para o enfrentamento. Tinha que ter uma característica de uma pessoa que ouvissem eles. Mas e aí “O que nós podemos construir junto?”, eu dizia no final. Não ia para o enfrentamento com ele, porque nós tínhamos claro que nós tínhamos de somar de forças<sup>25</sup>.

Segundo seu relato, ela possuía as características necessárias para a flexibilização das relações do MST com a CPT na Paraíba, então estremecidas. O não enfrentamento direto, de acordo com Dilei, objetivava diminuir as tensões. O fato de possuir uma formação no interior da Igreja deveria contribuir para tal intento, criando uma relação de confiança e afinidade. A entrevistada busca ressaltar aspectos na sua atuação que unificavam os

---

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e Sociedade. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A e Lisboa: Difel Ltda, 1989.

<sup>25</sup> SCHIOCHET, **Entrevista Oral**. Citada.

movimentos sociais e as entidades de classe, tratando de minimizar eventuais diferenças. Isso, no plano prático, representava um recuo no processo de expansão e estruturação do MST, pois ele se diferencia justamente através do seu arsenal de ação - novo e radical, com as ocupações de terra, se comparado às antigas formas de exigir a reforma agrária e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Nesse caso, precisava em alguns momentos recuar para forjar uma convivência. Conforme relata Dilei, sua postura foi de buscar a unidade e, podemos dizer, de “constranger” os grupos e indivíduos que rivalizavam com o MST.

Por outro lado, apesar dos tensionamentos e das divergências de método, não houve uma política clara do MST de ruptura com a Igreja. O depoimento abaixo ilustra a relação de coexistência entre a Igreja e o MST<sup>26</sup>.

Eu acho que na Paraíba nós tivemos [...] a teoria marxista e a teoria da Igreja ela não era muito diferenciada. Havia um processo de exploração dos trabalhadores. Isso a Igreja também pregava muito. Agora se você for olhar não existem muitas divergências em termos teóricas. No MST com a teoria marxista, eu acho que o MST, ele sempre foi muito esperto porque ele nos preparou muito bem no sentido que a gente tem que cuidar, porque essa militância que saiu da Igreja, já saiu porque estava em contradição e tinha divergências com a estrutura<sup>27</sup>.

## **As diferentes influências e a construção de um método de formação de militantes**

Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, dirigente da CPT e defensor da reforma agrária e dos direitos dos povos indígenas, apresenta no prefácio do livro “Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil” uma discussão sobre a formação macroecumênica do MST, a qual foge dos esquemas rígidos de ingresso presentes nos partidos políticos. Essa linha é reafirmada por Stedile, que destaca a importância deste trabalho por parte da CPT. Segundo ele, se não houvesse um trabalho ecumênico, capaz de aliar os setores da Igreja Luterana, outros movimentos poderiam ter surgido,

---

<sup>26</sup> Na prática essa política de coexistência e de respeito às instâncias e dinâmicas do MST nem sempre foi respeitada pela Igreja Católica.

<sup>27</sup> SCHIOCHET, **Entrevista Oral**. Citada.

não assegurando, assim, a unidade do MST. Ou seja, o MST não contaria com a coesão no início da sua formação<sup>28</sup>.

A luta teria se fracionado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, que começou um trabalho de organização dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, se ele não estivesse integrado à CPT, teria se formado um movimento camponês dos luteranos. A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional<sup>29</sup>.

A experiência herdada pelos militantes migrantes na CPT foi potencializada no MST. A origem funcionava como um canal, um passaporte para o trabalho de base nos municípios rurais do Nordeste. Essa foi a situação vivenciada por Jaime, Bellé, João Daniel<sup>30</sup>, Zenaide e Dilei. Contavam com experiências distintas, no entanto todos tiveram uma passagem e estabeleceram vínculos com o trabalho realizado nas pastorais. Jaime, por exemplo, deixa claro em seu depoimento que, na sua ida para a Bahia, o MST objetivava tirar proveito da sua experiência junto à Igreja. Vejamos:

Essa foi a minha tarefa, ir para a BA ajudar a fazer a primeira ocupação na BA. Tinha a experiência dentro da Pastoral da Terra, dentro PT, da juventude, enfim, era aproveitar essa experiência e ajudar a organizar<sup>31</sup>.

Diferentemente de alguns entrevistados, os quais buscam demonstrar a gradual ruptura do MST com a Igreja, enfatizando a singularidade do método do MST, Dilei insinua que a metodologia e a linguagem do Movimento são, exclusivamente, herdadas pela Igreja.

Eles adoram quando eu falo: “a dicção”. E pelo fato de vir Igreja, a gente cria um método que as pessoas entendem [...] Isso foi bom dentro da Igreja. De falar a linguagem que o povo entende. Então por

---

<sup>28</sup> FERNANDES, Bernardo M. **MST: Formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

<sup>29</sup> STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2012, p. 23.

<sup>30</sup> DANIEL, João. **Entrevista Oral** [gravada] realizada por Rose Elke Debiasi. Nossa Senhora do Socorro (SE), 21 mar. 2015. 2h16min.

<sup>31</sup> AMORIM, **Entrevista Oral**. Citada.

isso que o povo gostava da gente, porque a gente falava a linguagem que o povo entende. E isso ajudava... e fomos assim<sup>32</sup>.

A afirmação de Dilei contraria os depoimentos de Jaime Amorim e Carlos Bellé. Os dois entrevistados demonstram que existia uma diferença fundamental de método entre a Igreja e o MST, singularizando o último. O grau de conflitividade vivenciado nas ocupações de terra entrava em choque com a linha pacífica dos religiosos. Já a justificativa teórica para se integrar aos camponeses, de acordo com Jaime Amorim, encontra influência no maoísmo.

Aí vem do maoísmo. Mao dizia isso. Vá pro meio do povo, é... sinta aquilo que o povo quer, recolha do povo esse sentimento, analise isso de forma científica e devolva pro povo como palavra de ordem. Esse seguimento ou essa teoria de Mao é que a gente tentava aplicar. Quer dizer, tu tens que falar aquilo que o povo tá sentindo e aquilo que é de fato a vontade dele. Agora tu tens que falar de forma com que isso, ele compreenda como palavra de ordem, o que ele vai fazer<sup>33</sup>.

Dilei também comenta sobre a influência do maoísmo, associando-o ao desenvolvimento de técnicas e habilidades para melhor compreensão dos anseios da população pobre do campo. A influência do maoísmo na formação de quadros no interior do MST precisa ser contextualizada. Trata-se de uma influência muito difusa e parcial, em grande parte resultado da “política de pinçar” aspectos teóricos de forma conveniente pelo MST e, por outro lado, das reminiscências na formação dos militantes cuja atuação iniciou-se no Movimento de Educação de Base (MEB), durante os anos 1960.

O MEB, mais do que ter uma tese de que iria salvar o campo, assumiu como principal tarefa o seguinte: nós temos que conscientizar os camponeses e ajudar a que eles se organizem, porque somente haverá uma reforma agrária se os próprios trabalhadores se mobilizarem para conquistá-la<sup>34</sup>.

Essa foi a tônica da década de 1960, quando muitos agentes de pastoraes e militantes do MEB organizaram as Ligas e os sindicatos. Muitos des-

---

<sup>32</sup> SCHIOCHET, *Entrevista Oral*. Citada.

<sup>33</sup> AMORIM, *Entrevista Oral*. Citada.

<sup>34</sup> MST. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. **Caderno de Formação**. n. 31. São Paulo, 1999. p. 31.

ses militantes acabaram se engajando na Ação Popular (AP), organização política criada em 1962 pela atuação da Juventude Universitária Católica (JUC). Depois do golpe militar de 1964, a AP passa por um processo de radicalização e parte do coletivo aderirá ao maoísmo, e depois ingressará no PCdoB. Os aspectos incorporados do maoísmo giravam em torno da ideia de proletarização dos militantes e do trabalho organizativo junto ao campesinato, preparando-os para a chamada “guerra popular prolongada”. Ou seja, acreditava-se que para fazer a revolução no Brasil, era necessário realizar uma “longa guerra”, com início no interior do país, cercando as cidades, em direção ao centro do poder.

Identificamos que a mesma forma de enxergar os camponeses presente no discurso do MEB norteou a atuação do MST nos anos iniciais. Os militantes migrantes seguiam para os estados nordestinos com o propósito de “ajudar”, “auxiliar” e “contribuir”<sup>35</sup> na organização dos camponeses. Os mesmos termos são encontrados em várias teses e dissertações<sup>36</sup>, como justificava e incentivo para o deslocamento dos militantes. A adoção dessa terminologia, acreditamos, pode camuflar os reais objetivos e atenuar eventuais conflitos na disputa pelo espaço político. Trata-se de uma leitura superficial e ingênua do papel desempenhado pelos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste. Não se tratava de “ajuda” ou “auxílio”, mas de pavimentar a construção de um movimento social com pretensões de partido político, dentro de critérios e resoluções pré-definidos. Insistir na adoção dessa narrativa é retirar todo o protagonismo dos militantes que construíram os alicerces para a estruturação nacional do Movimento atual. Trata-se de vidas marcadas por uma fusão entre a vida pessoal e a ingerência da organização política. As opções e recusas pessoais desses militantes, nos primeiros anos do Movimento, definiram o ritmo e o tom da expansão. Em uma entrevista, observamos a adoção da lógica contrária, ou seja, o mi-

---

<sup>35</sup> Esse é o discurso hegemônico, inclusive, o adotado por estudiosos das ciências humanas.

<sup>36</sup> Para mais informações, buscar em: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – Ceará: 20 anos de marchas. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010. p. 133-148; CINTRA, Maria da Conceição Barbosa. O MST em Sergipe: História e Luta. *Geonordeste*, Sergipe, ano IX, n. 1, 1999. p. 8-45; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. 2007. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2007; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe – 1985-2005. **Scientia Plena**, v. 3, n. 1, 2007.

litante migrante é que afirma receber “ajuda” dos camponeses em determinado momento da construção do Movimento.

A Direção Nacional do MST, por sua vez, acreditava que somente teria êxito se contasse com uma assessoria qualificada, resultado da experiência adquirida nas entidades, acampamentos e assentamentos do Sul e da formação teórica, particularmente a marxista, destinada aos jovens egressos dos grupos de jovens, seminários, pastorais entre outros organismos da Igreja. Contava ainda com a figura de um militante comprometido, disciplinado e determinado a seguir todas as deliberações do Movimento.

Nas entrelinhas, existia uma ideia de “missionarismo”, semelhante ao discurso proferido pela CEB. O “missionarismo” é oriundo da prática da Igreja e foi reapropriado pelo MST. Trata-se da experiência de colocar a vida pessoal a serviço de uma missão, neste caso, transformar a sociedade brasileira através da reforma agrária. Segundo Lerrer (2008), a interiorização de determinados valores foi o que permitiu que determinados sujeitos abdicassem de seus projetos particulares em favor de um projeto coletivo. Nas suas palavras significa:

[...] associar seu projeto pessoal ao destino de uma “organização”, um coletivo reunido em torno de um projeto comum é o que fez com que uma geração de militantes optasse por sair de seus estados de origem para construir a organização do Movimento Sem Terra em outras regiões do país<sup>37</sup>.

Para a autora, a ideia de uma “missão” a cumprir impulsiona ou motiva esses jovens a abdicarem de seus projetos pessoais em prol da construção de uma organização, de um projeto coletivo. Em determinados momentos, observamos essa tônica nos depoimentos dos militantes migrantes, sugerindo algo como uma tarefa missionária, de salvar a população pobre daquela situação de penúria a que estava submetida. A mesma reflexão é apresentada por Caldart<sup>38</sup>, com o diferencial de que a vivência e o aprendizado realizados nos acampamentos são decisivos para a formação políti-

---

<sup>37</sup> LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. UFRRJ, 2008. 197f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2008. p. 117.

<sup>38</sup> CALDART, Roseli. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016). Acesso em: 25 set. 2015.



ca, então responsáveis pela constituição de novos valores – fraternos, solidários e mais humanos.

De acordo com Caldart<sup>39</sup>, o militante seria “tomado”, e sua vida pessoal se mesclaria com os interesses políticos da organização à medida que ele fosse assumindo, através da vivência, toda a historicidade da luta pela terra. Enquanto para Lerrer<sup>40</sup>, essa opção de engajamento e de doação a um movimento social não resulta apenas da vivência e convivência experimentadas nos acampamentos, por mais marcantes e significativas que possam ser, pois não seriam suficientes para justificar a migração para outros estados. Na mesma linha, Indursky<sup>41</sup> afirma que muitos camponeses podem identificar-se com a questão agrária, mas isso não é suficiente para transformá-los em militantes da causa sem-terra. A justificativa, portanto, recairia para a motivação político-ideológica.

Apesar de todos os cuidados, competia às lideranças orientar e conduzir os sem-terra, garantindo que as linhas políticas do MST fossem adotadas. Mesmo que deliberadamente o MST procure não abafar o carisma de alguns de seus dirigentes, vários mecanismos sociais de vigilância foram criados<sup>42</sup>. Essa observação apontada por Lerrer contribui para compreendermos o papel que os militantes migrantes possuem na produção bibliográfica do MST. Na grande maioria dos casos, eles não são mencionados nominalmente. As ações são encaminhadas pelo sujeito coletivo chamado MST. Fica evidente a preocupação em demonstrar o protagonismo dos sem-terra, minimizando o papel das lideranças com a intenção de descrevê-las como auxiliares<sup>43</sup>.

Nosso esforço aqui é justamente demonstrar que parte do êxito na estruturação do MST, nos moldes propostos pelas lideranças do Sul, é resultado do método de trabalho desenvolvido pelos militantes migrantes. Intuímos que a presença de determinadas características pessoais foi decisiva para a aceitação do MST nas regiões, criando, muitas vezes, uma espécie de

---

<sup>39</sup> Idem., *ibidem*.

<sup>40</sup> LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas**. Op. cit.

<sup>41</sup> INDURSKY, Freda. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. **Revista Rua**: Edição Especial – 20 anos, Campinas, 2014, p. 109-126.

<sup>42</sup> LERRER, **Trajetória de militantes sulistas**. Op. cit.

<sup>43</sup> Compreendemos a preocupação com as práticas desagregadoras ou “viciadas” das organizações de esquerda, como: carreirismo, oportunismo, personalismo; igualmente os mecanismos utilizados para inibir tais comportamentos. Por parte da Direção Nacional do MST, existia a preocupação de que, sem uma assessoria qualificada, corria-se o risco de o Movimento, no Nordeste, perder a sua radicalidade, que no Sul, em tese, já estava consolidada.

“dependência” dos militantes na condução política nos estados para os quais foram enviados.

Através de um olhar atento da realidade e da gradativa inserção nas comunidades, esses militantes desenvolveram o que chamamos de “tendências modeladoras”. Este conjunto de características individuais, desenvolvidas ou incorporadas na trajetória dos militantes migrantes teria contribuído para que a estruturação do MST fosse antecipada no Nordeste, cabendo destacar a centralidade no cumprimento das orientações da organização pelos militantes migrantes, mesmo diante das adversidades.

## **Considerações finais**

Acreditamos, assim, que as características pessoais e/ou o perfil de determinados militantes migrantes funcionaram como facilitadores na condução política, contribuindo para que o MST fosse nacionalizado nos moldes propostos. Através da análise das entrevistas, identificamos elementos comuns e particulares na militância que, de forma articulada, fornecem um estilo, um modo de militar próprio dos militantes migrantes, responsável por nacionalizar o MST, com arranjos para cada estado. Embora seja destacado o protagonismo individual dos militantes, suas trajetórias, aptidões e habilidades, compreendemos que as ações engendradas pelos militantes migrantes devem ser compreendidas coletivamente, no seu conjunto. Movidos por ideais socialistas, competia a eles construir a organização que acreditavam, fornecendo unidade e coesão às ações do coletivo.